

As três horas de conversa

BRASÍLIA — A janela da sala onde o presidente José Sarney recebeu ontem, por três horas, parlamentares da Comissão de Orçamento, no Palácio da Alvorada, emperrou quando assessores do presidente tentaram fechá-la para evitar que o forte vento continuasse a derrubar os papéis. Mas a negociação surgiu entre os políticos e Sarney promete desemperrar a novela que se transformou a votação, pelo Congresso Nacional, do Orçamento da União para o próximo ano.

Informal no início, o presidente Sarney se descontraiu à medida que sentia que aquele grupo de parlamentares também ressentia-se de um diálogo com o presidente e com o relator-geral da comissão, o senador paranaense Almir Gabriel. Didático, o presidente lembrou sua condição de parlamentar que viveu no Legislativo com e sem poder para emendar orçamentos. Ele interrompeu a explanação do ministro João Batista de Abreu, que sequer concluiu sua exposição.

Sentado na cabeceira da mesa, ao lado do ministro Abreu, Sarney falava e olhava para os congressistas, especialmente para o seu líder na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, sentado no extremo oposto. "Reconheço a importância da mudança constitucional que devolveu ao

Legislativo a atribuição de decidir sobre o orçamento", disse o presidente, preocupado em demonstrar que não há confronto entre os poderes constituídos.

Acrescentou que o novo poder do Legislativo deve ser exercido com "critério, espírito público e muita compreensão de cada um". Se isso não acontecer, e partidos e parlamentares agirem politicamente com a intenção de oprimir-se sistematicamente ao governo, o prejudicado será o País.

Com os números de Abreu, Sarney mostrou que o orçamento de 1989 vem definhado porque a União só ficará com 35% da arrecadação federal, bem distante dos 48% que a antiga Constituição lhe garantia.

Sarney registrou as queixas e reclamações de muitos parlamentares que se sentem marginalizados nas negociações entre o Executivo e Legislativo. Rapidamente, colocou-se a favor de eventuais aliados que possam ajudá-lo no futuro. "É justa a reivindicação de ampliar as trocas de informações", reconheceu, colocando-se à disposição de todos, "a qualquer hora", para esclarecimentos. Quem não gostou da ideia foi o seu líder Carlos Sant'Anna, que considera isso dispensável. "Sarney já tomou quase três horas de seu tempo", ponderou Sant'Anna.

Em pelo menos um momento todos os presentes à reunião pararam de conversar para dar atenção a um interlocutor, que não o presidente ou seu ministro Abreu. "Licença", pediu o deputado paraibano João Agripino Neto (PMDB), chamando atenção de todos de que a reunião não poderia se transformar numa "declaração de guerra" ao presidente e ao relator-geral da comissão, Cid Carvalho e Almir Gabriel. "Estavam todos atordoados", disse depois.

Agripino Neto sugeriu — e Sarney concordou — que os dois devam estar presentes nos próximos encontros para evitar "mal-entendidos". Esse pedido veio logo depois de um comentário de um parlamentar de que, se antes o Congresso enfrentava o Executivo, agora enfrenta o poder do relator-geral. Alguns concordaram e outros sorriam timidamente. O presidente manteve-se indiferente.

Nas três horas do encontro, o presidente da República ausentou-se da sala duas vezes: para falar com sua mulher, Marly Sarney, sobre o enterro de seu sobrinho, e para conceder uma audiência previamente marcada. Durante toda a reunião, o ceremonial do Palácio da Alvorada só serviu duas rodadas de água e cafezinho.